



O desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades: um projeto neoliberal, um arranjo neoconservador e as várias pedagogias fascistas

The destruction of education for bodies, genders and sexualities: a neoliberal project, a neoconservative arrangement and the various fascist pedagogies

La desagregación de la educación para los cuerpos, géneros y sexualidades: un proyecto neoliberal, um arreglo conservador y las diversas pedagogías fascistas

Fabiana Aparecida de Carvalho¹

Professora da Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, Brasil

Adalberto Ferdnando Inocêncio²

Universidade Estadual de Maringá, Cianorte/PR, Brasil

Recebido em: 01/04/2021

Aceito em: 23/04/2021



10.34019/1984-5499.2021.v23.33867

Resumo

O presente texto discute o desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades imbricado nas táticas neoliberais e neoconservadoras que atravessaram a história da democracia recente do país, especialmente, as mudanças promovidas na última década (2010-2020) e o desmonte que vem sendo consolidado com as políticas de governo e de estado do Governo Bolsonaro. Nesse ínterim, o bolsonarismo, como movimento populista de extrema-direita, empreende uma perseguição às diferenças moduladas por discursos de ódio e pedagogias fascistas. Essas pedagogias, enunciadas em políticas públicas, na destruição ou na falta de agendamento dessas, geram efeitos danosos para a garantia dos direitos humanos e civis e para a consolidação de superação das marcas estruturais do patriarcalismo – colonialismo – capitalismo na educação de sociedade brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais. Bolsonarismo. Diversidade.

Abstract

The present text discusses the neglect of the Bolsonaro government in relation to education for bodies, genders and sexualities intertwined with neoliberal and neoconservative tactics that have crossed the history of Brazil's recent democracy, especially the changes promoted in the last decade (2010-2020) and the dismantling that has been consolidated with the government and state policies of the Bolsonaro government. Meanwhile, Bolsonarism as a far-right populist movement pursues differences modulated by hate speech and fascist pedagogies. These pedagogies, present in public policies and in the destruction or lack of them, generate harmful effects for the guarantee of human and civil rights and for the consolidation of overcoming the structural marks of patriarchy – colonialism – capitalism in the education of Brazilian society.

Keywords: Educational public policies. Bolsonarism. Diversity.

¹ E-mail: facarvalho@uem.br

² E-mail: afinocencio88@gmail.com

Resumen

El presente texto discute la desagregación de la educación para los cuerpos, géneros y sexualidades entrelazadas con tácticas neoliberales y neoconservadoras que han atravesado la historia de la democracia reciente en Brasil, especialmente en los cambios impulsados en la última década (2010-2020) y el desmantelamiento que se está consolidando con las políticas gubernamentales y estatales del gobierno de Bolsonaro. Mientras tanto, el bolsonarismo, como movimiento populista de extrema derecha, persigue las diferencias con discursos de odio y pedagogías fascistas. Estas pedagogías, enunciadas en las políticas públicas, en su destrucción o ausencia de programación, generan efectos nocivos para la garantía de los derechos humanos y civiles y para la consolidación de la superación de las marcas estructurales del patriarcado, colonialismo y capitalismo en la educación de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Políticas públicas de educación. Bolsonarismo. Diversidad.

Introdução... Situando as controvérsias

Após o término do regime militar ditatorial, em 1985, e a inauguração do processo de redemocratização do Brasil, a educação para os corpos, os gêneros e as sexualidades ganhou novos contornos e debates que incluíram a problematização dos determinismos e da linguagem biologizada nas abordagens sobre o tema, a preocupação com crianças e adolescentes em suas seguridades reprodutivas e corporais, certo alinhamento com medidas de controle demográfico e planejamento familiar, especialmente, em relação à gravidez e táticas de prevenção, a inclusão das reivindicações de grupos minoritários LGBT após as lutas e campanhas de conscientização sobre o HIV/AIDS e sobre as vivências homo-lesbo-bi-afetivas, a preocupação com violências sexistas e direitos de mulheres, entre outras. Foram questões importantes, movimentações datadas e lutas expoentes para se questionar preconceitos e abalar a base conservadora patriarcal / colonialista de nossa sociedade.

O foco dessas mobilizações, de acordo com Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2004), confluiu com a garantia dos direitos sociais e individuais, com as eleições diretas para a Presidência da República e com a elaboração de uma nova Constituição Federal a amparar a pluralidade, as orientações sexuais, a liberdade sexual, de pensamento, de livre expressão e opinião, acolhendo os anseios da população, entre os quais, as necessidades de políticas públicas educacionais. Não obstante, as políticas de Governo e de Estado paulatinamente também se atrelaram às proposições do capital internacional, especialmente, em sua dobra neoliberal³, gerando inflexões e contradições entre a melhoria das condições de vida e da

³ A definição de Neoliberalismo é complexa e prescinde de digressão cotejando elementos sociológicos, filosóficos e políticos. Para efeito de entendimento, condensamos o neoliberalismo à acepção que o toma como uma vertente econômica caracterizada pelo enxugamento da participação do Estado na economia, com privatização de empresas e serviços públicos, desregulamentação de leis trabalhistas, desregulamentação dos fundos financeiros públicos, esvaziamento da participação da sociedade civil nas decisões políticas, desvinculação do Estado da oferta de políticas públicas e de direito, austeridade fiscal, subordinação ao livre mercado econômico sem a intervenção estatal, favorecimento de corporações multi e transnacionais ao acesso de *comodities*, exportações e importações, enxugamento de gastos com bem estar-social, entre outras características.

educação da sociedade brasileira e políticas de ajuste, de Estado mínimo, austeridade e de submissão às intervenções da lógica mercantil (VIANNA; UNBEHAUM, 2004; CARVALHO, 2020).

Nas searas das políticas públicas, muitos setores se avolumaram para reposicionar a então chamada “educação ou orientação sexual”⁴ nacional, negociando com os Governos a constituição de campos de amparo às ações. Anteriormente marcada por tendências eugênicas e higienistas de outros períodos históricos, por explicações fisiológicas, normativas de boa conduta, repressões e controle, a “educação sexual” encampou pautas afirmativas levantadas com os esforços de grupos militantes e ativistas, grupos de pesquisa e trabalho e educadoras/es das mais diferentes áreas atuantes como frentes sociais progressistas e incentivadoras/es dos processos de curricularização das temáticas em documentos oficiais e no chão das escolas brasileiras.

De toda sorte, nesses 35 anos da democracia recente, embora em ritmo tímido – se considerarmos a urgência de medidas para a justiça social, direitos e para a conformação de uma sociedade igualitária e equitativa, diversas ações foram consubstanciadas em políticas públicas ligadas ao Ministério da Educação (MEC), ao Ministério da Saúde, à Secretarias da Mulher, ao Ministério da Cidadania e em ações presidenciais, legislativas e judiciais.

Destacamos, no âmbito educacional, a Reforma iniciada na década de 1990 com a criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1999), institucionalizando as temáticas de corpo, gênero e sexualidade com o respaldo de relevância social, de conscientização da população e da necessidade de serem abarcadas e discutidas como conteúdos de ensino, conceitos e intervenções pedagógicas nas escolas.

Nos territórios da saúde pública, a menção para o Sistema Único de Saúde (SUS), pioneiro na universalização e distribuição de medicamentos de prevenção e tratamento do HIV/AIDS às pessoas que convivem com essa doença crônica controlada, especialmente a partir do licenciamento compulsório previsto na Lei de Propriedade Industrial nº 9279/96 (BRASIL, 1996), que regula as patentes e abusos na acessibilidade a fármacos produzidos por grandes empresas e laboratórios, e também destaque para o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004), elaborado pelo Ministério da Saúde como uma importante estratégia nacional para a construção de respeito, de ações afirmativas e de conscientização sobre a comunidade LGBT, como também de combate às violências sexistas e LGBTfóbicas.

Em relação às políticas para mulheres, vale marcar a atuação do Governo Federal por meio da Lei

⁴ Expressões habitualmente utilizadas para contemplar a educação para os corpos, gêneros e sexualidades nas décadas de 1980 a 2000.

nº 10.683 (BRASIL, 2003), implantando a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), um órgão político com funções correspondentes a um Ministério e com a responsabilidade de gerir as metas de igualdade e equidade para mulheres e homens na sociedade brasileira. A SPM tornou-se uma agência que introduziu a perspectiva de gênero nas arenas decisórias estatais e efetivou um diálogo com as demandas do movimento de base das mulheres (BOHN, 2010). E, também, a instituição da Lei nº 11.340/06 (BRASIL, 2016), conhecida como Lei Maria da Penha e como o amparo jurídico responsável por criminalizar as violências físicas, psicológicas, políticas, domésticas cometidas contra mulheres, mas também por articular diálogos entre o governo e a sociedade civil na assistência e no reparo às vítimas.

Outros marcos decisórios também se fizeram importantes na articulação das frentes assistenciais, entre os quais estão: a) a Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2001; b) a ampliação do Programa Nacional de Direitos Humanos em suas segunda e terceira versões (2002 e 2009) com eixos de interação democrática entre Estado e sociedade civil, Direitos Humanos, Superação de dificuldades sociais e econômicas, combate à violência e seguridade, educação e cultura, memória e verdade histórica; c) o estabelecimento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção Racial (SEPPIR) e aberturas; d) a promulgação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) e a inclusão curricular da obrigatoriedade do ensino da história cultural afro-Brasileira e africana; e) a política de cotas para o ingresso em universidades públicas de estudantes de baixa renda, pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência; e, f) as realizações de Conferências Nacionais sobre Mulheres, Igualdade Racial, Educação.

As conquistas acima mencionadas são emblemáticas e consteladoras de um campo progressista e respeitoso para com os grupos sociais minoritários. Na nova democracia do país configuravam-se esperanças de consolidação da educação para os corpos, gêneros e sexualidades, para as diferenças, para a problematização da heteronorma e dos binarismos sexo-gendrados voltados às necessidades básicas e aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, valorizadoras da negritude e sua cultura, reconhecedoras da comunidade LGBT e alinhadas à dimensão do gênero não como o antagônico cultural do sexo, mas como uma ferramenta analítica das relações sociais.

Considerando as controvérsias e contradições, Fabiana Carvalho (2020) diz ser preciso, entretanto, compreender que algumas metas, alinhamentos governamentais em realizações educacionais, de promoção da cidadania, valorização da vida, da saúde, da segurança, de gênero, de igualdade, equidade e paridade, de defesa da diversidade cultural e sexual dispersam-se também conforme os interesses e agendas da ordem econômica mundial, capturam os discursos e os condicionam às estratégias desenvolvimentistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, aos regramentos dos

governos totalitários e às estruturas de dominação e exploração (patriarcado, colonialidade, subalternização). Ou seja, o alinhamento econômico se diz favorável ao empoderamento, à emancipação e ao atendimento das necessidades dos grupos minoritários e dos direitos sociais desde que essas coisas impliquem no controle ou na subordinação das mesmas minorias ao capitalismo tardio, destacado, aqui, em sua faceta neoliberal.

Nas duas últimas décadas do Século XXI, as pautas econômicas conflitaram-se ainda mais com a constituição de políticas públicas e educacionais, acirrando as iniciativas do Estado na promoção de debates sobre os corpos, gêneros e sexualidades. Os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e, mais recentemente, de Jair Messias Bolsonaro (2019-) configuraram-se como presidencialismos de coalizão, ou seja, um sistema de alianças partidárias, alianças legislativas ou com representantes empresariais e da sociedade civil baseado na oferta de postos e cargos políticos em troca de apoios. Segundo o cientista político Antônio Carlos Rego, embora o poder de decisão permaneça com o presidente nas coalizões, no Congresso Nacional, a “bancada dos partidos políticos que fazem parte da denominada ‘base de apoio’ parlamentar do governo, exerce um grau de influência bastante significativo sobre a condução política governamental e sobre a gestão da administração pública” (REGO, 2015, p. 54).

O fato de haver uma maioria legislativa para o apoio da condução da administração pública produz efeitos positivos quando, por exemplo, as políticas de Governo (e Estado) estão alinhadas com a base legislativa na promoção de uma agenda econômica que beneficie a todas as pessoas, em direcionamentos que visam à garantia dos direitos básicos da população e o enfraquecimento de forças contrárias a essas proposições. Partidos progressistas são mais sensibilizados e atuantes com as agendas sociais. O lado negativo dessa troca de favores é quando as alianças se tornam fisiologistas e deixam de lado o bem comum; certas/os representantes, nesse caso, atendem a interesses partidários, setoriais, mercantis ou particulares, agregando para si ou para seu grupo vantagens, manipulações ou apropriações de bens e interesses públicos numa “ação patrimonialista” (SCHWARCZ, 2019) e corrupta entre sociedade e Estado. Logo, partidos com caráter conservador ou pautados pela defesa da economia de mercado a qualquer custo tendem a refrear as agendas sociais ou manipulá-las em função de seus interesses.

Coalizões em contextos neoliberais são sempre complicadas e complexas de descrever; em países como o Brasil, com forte vínculo e subordinação aos interesses imperialistas do norte global, passado colonial forjado na expropriação dos recursos naturais, na expropriação escrava da mão de obra e dos corpos de indígenas e negros, na inferiorização das mulheres, nos projetos eugênicos de limpeza social e

na desmemória dos fatos históricos, a questão ainda se agrava, pois as tradições e desigualdades usam do aparato estatal para se manter e se perpetuar.

Ao que isso pese, no cenário sinalizado ao final da primeira década dos anos de 2000, as alianças políticas projetaram as representações de setores empresariais, corporações e grupos ideológicos para compor as casas legislativas, os parlamentos, os governos e as deliberações sobre as pautas públicas sobre os corpos, gêneros e sexualidades. Parte das/os políticas/os defensoras/es do enxugamento estatal atrelou-se a grupos neoconservadores e de proposições reacionárias, voltados ao resgate da moralidade, da família nuclear, da sexualidade bem-comportada, do controle dos corpos e desejos, do controle do discurso e da interpelação da liberdade de pensar e se expressar livremente (LACERDA, 2019; BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020; CARVALHO, 2020). Conforme destaca Silvio Luiz de Almeida (2018), o neoconservadorismo perfaz uma reação ao estado do bem-estar social, persegue as esquerdas, as culturas diferenciadas, o pensamento crítico e as pessoas que não se enquadram aos dispositivos normativos; acredita, sobretudo, que as crises econômicas são oriundas de uma corrupção moral, da crise dos valores tradicionais da humanidade e das tentativas de apagar as marcas criadas por um deus ou pela natureza.

No neoconservadorismo, portanto, as diferenças de classe, etnia, gênero, cor, pertencimento cultural, privilégios ou acessibilidades sociais são sempre tidas como inatas, porém acionadas para se manter uma ordem hierárquica sem a qual os poderes dominantes (o patriarcado – o colonialismo – o capitalismo, por exemplo) não se manteriam e não se reproduziriam nas estruturas sociais.

O fato é que, mais acentuadamente a partir de meados da primeira década dos anos de 2000, o aparato institucional e as conquistas adquiridas às duras penas no transcorrer da redemocratização vêm sendo desagendadas, atacadas e esvaziadas dos sentidos ativistas e militantes, da importância de uma sociedade mais justa, do respeito às minorias mulheres, negras, indígenas, quilombolas, LGBT, dissidentes do sistema sexo-gênero cisheteronormativo, entre outros processos identitários perseguidos por posturas reativas e por pedagogias fascistas e do medo.

Situando as pessoas leitoras nesse contexto de construção e desagendamento das políticas públicas para os corpos, gêneros e sexualidades, a presente escrita visa expor, debater e criticar as táticas de desagendamento atreladas aos projetos neoliberais das políticas de Governo e de Estado na última década (2010-2020), a configuração de arranjos neoconservadores adensada na representatividade política de igrejas neopentecostais e certas facções católicas romanas, de grupos reativos às pautas de direitos e assistências sociais, sobretudo as matrizes das novas direitas, e como esses arranjos implicam

em discursos que enunciam uma pedagogia fascista para a sociedade, especialmente quando são direcionados à educação e posicionamentos alinhados ao debate, à proteção e ao respeito dos corpos, gêneros e sexualidades. Optamos por esse recorte histórico, porém, em específico, nos ateremos às últimas medidas governamentais que se desdobram nesse desagendamento. Para tal, também situaremos como o Governo Bolsonaro e ou a identificação populista ao que se convencionou ser chamado de “bolsonarismo” contribuem para as perdas de direitos e para as pedagogias de ódio direcionadas às diferenças e às dissidências.

O bolsonarismo não é apenas um fenômeno eleitoral que alavancou Jair Bolsonaro à Presidência (PINHEIRO-MACHADO, 2019; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019; MONTEIRO; TEIXEIRA, 2020). Em nossa visão, o movimento é uma releitura da nova direita americana baseada em controles discursivos morais pautados pela ideia de um inimigo em comum. Isso cria uma dualidade entre bem versus mal, cidadãos do bem versus comunistas, sexualidade comportada versus sexualidade dissidente, mulheres “belas, recatadas e do lar” versus feministas e vários outros efeitos de identificação em torno de um líder erigido como salvador da pátria ou em torno de forças sociais autoritárias. Num campo amplo de transformações, o bolsonarismo cruza-se com a caça à corrupção desenhada pela Operação Lava-Jato e seus efeitos na eleição de 2018, com a realização das reformas empreendidas por empresários e pela burguesia nacional e estrangeira iniciadas com o Governo Michel Temer, com a produção discursiva de uma guerra cultural entre setores de direita e esquerda, com a emergência de certos grupos evangélicos neopentecostais e facções católicas ao poder, com a explosão de informações manipuladas pelas tecnologias digitais e redes sociais (*fake news*, no caso), com o enfraquecimento das forças de mobilização e representatividade social – sindicatos, organizações da sociedade civil, grupos com alinhamentos esquerdo-partidários, e com o crescimento de “identificações fascistas” (PAXTON, 2007; ECCO, 2018; TIBURI, 2020) por parte da população brasileira: nacionalismo ou patriotismo exacerbado, militarismo, expurgo das diferenças, controle das sexualidades, negacionismo dos fatos históricos, científicos e sociais, exaltação da violência, exaltação do *apartheid* social, conservadorismo e tradição, culto a um passado mítico ou glorioso, apologia do individualismo e do consumo desenfreado. E, mais recentemente, com a gestão da pandemia de Covid-19 e das estratégias de insumo e vacinação contra o *Sars-cov-2* (corona vírus), num projeto eugênico de negação da ciência para se naturalizar “o deixar morrer”, ou seja, quem pode e como deve-se morrer na perspectiva da “necropolítica” (MBEMBE, 2018) direcionada à população.

Acreditamos que muitas das ações de desagendamento possam se decantar nas escolas via pânico morais, barramentos curriculares e posições preconceituosas, violentas e fóbicas assumidas pelas

atuações de educadoras/es e estudantes, ou, ainda, possam legitimar grupos hegemônicos no controle das vontades, desejos e pensamentos da população e na imposição de uma verdade única, padronizante dos corpos, gêneros e sexualidades.

Com essa convicção, acreditamos também que é preciso conhecer o projeto desestruturador das políticas públicas e seus vieses econômicos e ideológicos para buscar frentes de resistência e para fortalecer as iniciativas que se organizam nas escolas e nos diferentes grupos sociais.

Neoliberalismo e Neoconservadorismo: adutores de pedagogias fascistas

Adotaremos, nesta seção, o conservadorismo moral com equivalência ao neoconservadorismo. Em primeiro lugar, é necessário distinguir que o conservadorismo atual se diferencia de seu sentido clássico. Em seguida, demonstrar de que modo as condições de articulação entre diferentes setores contribuíram para potencializar fenômenos políticos no Brasil.

A primeira consideração é de âmbito conceitual. O conservadorismo clássico herda os ideais iluministas e acredita na razão antes do interesse individual, enquanto o conservadorismo moral, por sua vez, tem adesão a um sistema cognitivo de crenças e afetos em vez de verdades originárias num paradigma ou sistema-mundo definido, por exemplo, pela ciência ou pela lógica da razão. Apesar de seus efeitos decorrerem das crenças de um grupo, o neoconservadorismo não desconsidera os interesses individuais, uma vez que, na atual conjuntura global, se caracteriza pela imbricação com os princípios neoliberais (BROWN, 2019; LACERDA, 2019; BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020).

Adotamos também a premissa de que “[...] o conservadorismo é posicional, e a ideologia e o movimento político conservadores se desenvolvem em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 24). Em outros termos, ideologia e iniciativas conservadoras tendem a aparecer e a se reorganizar quando segmentos sociais minoritários desafiam a ordem estabelecida a ponto de ameaçar os fundamentos e os privilégios que sustentam certas instituições.

Embora o atendimento estatal às pautas e demandas minoritárias tenha se acentuado nas últimas décadas no cenário mundial, principalmente pelas pressões de organismos internacionais como as advindas da Organização das Nações Unidas (ONU), essa demanda, no Brasil, foi mais pungente na primeira década dos governos petistas do presente século (2000-2010) com políticas progressistas que garantiram a visibilidade, mesmo que tímida, de grupos sociais subalternizados. Adriano de Freixo e

Rosana Pinheiro-Machado (2019) concordam que essa primeira década foi marcada por um neoliberalismo progressista que, apesar de não ter atuado por meio de reformas estruturais, projetou política e economicamente grupos subalternos.

Pari passu, vários fatores desestabilizaram tais medidas nos governos de outros países desde que a economia internacional passou a sofrer as consequências da bolha imobiliária e da afetação da bolsa de valores nos Estados Unidos em 2008. Segundo Daniel Andrade (2019, p. 115), essa crise atingiu a economia real, desencadeando

uma onda de políticas de austeridade com graves consequências humanas; [...] seus efeitos foram falências, desemprego (atingindo dramaticamente os jovens), redução de salários, precarização do trabalho, endividamento público e privado, desmonte de serviços públicos, aumento da desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social.

Além disso, a crise econômica se vinculou a uma série de discursividades ideológicas neoconservadoras emergente nos quatro cantos do mundo e responsáveis por alavancar pontos de vista e enunciados sobre a supremacia racial de grupos dominantes, o domínio imperialista de outros países sobre as nações em desenvolvimento, o ordenamento religioso junto às práticas de consumo e acúmulo de bens, de cerceamento de direitos reprodutivos, de banimento das diferenças e dos direitos humanos que, na visão dessas discursividades, seriam os responsáveis por pesar a balança orçamentária dos Estados⁵.

Os reflexos da crise de 2008, ainda que tardiamente, foram sentidos no Brasil e, também, constelaram pautas morais e econômicas acionadas por grupos difusos. Nesse sentido, vale mencionar que as Jornadas de Junho de 2013 e a “descoberta” das ruas pela direita somadas ao esgotamento do “modelo petista” ou “lulista”, outrora galgado nas políticas distributivas e no aumento do papel do Estado, expuseram a crise do modelo progressista no interior da gestão capitalista do país. Tal modelo passou a ser profundamente atacado no cenário brasileiro. As tentativas de recomposição da governabilidade lulista e o aumento na insatisfação das bases tradicionais dos governos petistas e sua política de conciliação levaram, entre outras coisas, à adoção de políticas de austeridade econômica que contrariavam os compromissos assumidos por Dilma, mas deliberadamente realizados, na sequência do golpe de Estado, com Michel Temer (PINHEIRO-MACHADO, 2019; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019).

Ainda que brevemente, destacamos tais marcos a fim de evidenciar que as políticas de austeridade

⁵ Vários fatores e efeitos perfazem a crise de 2008 no cenário internacional e no Brasil. No texto, optamos pelo recorte que circunstancia o crescimento dos discursos neoconservadores.

passaram a ganhar contornos mais acentuados não tendo, sobretudo, efeito exclusivo no âmbito econômico, de modo que as chamadas novas direitas encampam discursividades assentadas em pautas morais.

Exemplo dessa conjuntura pode ser destacado do cenário eleitoral de 2014, quando uma série de associações reativas a uma suposta “agenda abortista” fora endereçada à Dilma Rousseff por igrejas neopentecostais e facções católicas romanas como o Grupo Pró-Vida e Pró-Família.

Ao assumir, o governo Temer foi marcado desde o início pela forte atuação de grupos conservadores no parlamento, somado ao intenso ativismo, também conservador, do judiciário, do Ministério Público Federal e da Política Federal, o que passou, num âmbito de controle repressivo das práticas progressistas, a representar também ameaças às liberdades individuais (PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019). No âmbito ideológico, não demorou para que tais medidas respingassem nas tentativas de cerceamento da liberdade de cátedra, expressão e pensamento nas universidades e escolas, no desrespeito de garantias jurídicas básicas, na coação discursiva de professoras/es e de estabelecimentos de ensino, muitas vezes, com apoio ou beneplácito de parlamentares, juízas/es e procuradoras/es federais. Tal conjuntura contribuiu para a fragilização da democracia e para o que aqui nomeamos de pedagogia fascista.

Analisando as políticas do final da primeira década e início da segunda (2010-2020), Adriano de Freixo e Rosana Pinheiro-Machado (2019) situam no mesmo enquadramento político-econômico o antipetismo (aversão ao Partido dos Trabalhadores e aos Governos Lula e Dilma), o conservadorismo moral (e sua expressão neoconservadora) e os princípios neoliberais. Sem o destaque a essa conjuntura, a compreensão sobre o delineamento das pedagogias e discursividades fascistas fica compromissada e pode se redundar num discurso opaco de bem contra o mal que não leva em conta o macro fascismo, o das estruturas de poder, e, tampouco, os micro fascismos, aqueles perpetrados na vida cotidiana, na identificação do desejo para com posturas de ódio e violência, no ressentimento moral e demais aspectos permeados por tecnologias de sujeição e construções de subjetividades.

Outro ponto imprescindível no entendimento dos efeitos da dobradiça neoliberalismo-neoconservadorismo reside na defesa do antiassistencialismo social. Nesse emblema, outra série de discursividades também passa a ser potencializadora dos pânicos morais e ódios sociais: “não se pode dar o peixe, mas se deve ensinar a pescar”; “muitas famílias têm mais filhos para receber bolsas do governo”; “o Estado assistencialista sustenta vagabundos”, “direitos humanos para humanos direitos”, para ficar nas exemplificações mais conhecidas.

Uma vez mais, reafirmamos que tais discursividades não são reflexos exclusivos da realidade brasileira, mas respondem a uma onda transnacional que tem se intensificado desde 2008. Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016), os recrudescimentos dos movimentos conservadores mundiais, ou, mesmo os de caráter neofascista, têm suas raízes nas transformações subjetivas provocadas pela hegemonia neoliberal, pois tal base econômica e conceitual fortalece os ideais da meritocracia e do individualismo social, ao passo que esses se localizam diametralmente em oposição aos princípios de redistribuição de renda e de solidariedade. Nessa lógica, o assistencialismo de Estado a grupos subalternizados, em especial minorias mulheres, LGBT, negras, indígenas, pobres, quilombolas, ciganas, caiçaras, passa a ser entendido de forma dissociada de uma análise estrutural – a visibilizar o fato de que nem todos os grupos sociais possuem ou são beneficiados com as mesmas oportunidades de ascensão social. Sem a compreensão das mazelas estruturais, prevalecem, portanto, a compreensão meritocrática do esforço individual e a punitividade para aquelas/es que não se esforçaram tanto e não conseguiram romper as barreiras na consolidação de vidas e poderes aquisitivos melhores.

Toda essa complexidade política-ideológica e seus reflexos para o desagendamento de políticas públicas, conforme tentamos enfatizar, tem um marco incontornável na crise financeira de 2008 e no embate entre estatistas e desenvolvimentistas, de um lado, e neoliberais, do outro.

Em economias mais afetadas pela crise, o papel regulatório do Estado é colocado em xeque. Geralmente, devido à ordem econômica, a saída mais comum se dá pelas forças ultraliberais com seus apelos a programas privatistas, tecnocráticos, desreguladores, antipopulares, militaristas, e sob a justificativa de uma situação excepcional na qual se demanda “proteger os nacionais e sacrificar os de baixo” (BURITY, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2019). Disso decorre uma ligação sociológica específica entre as esferas econômicas e moralistas, logo, políticas assistencialistas para a população LGBT, mulheres, negras, etc. passam a ser interpretadas, na leitura dos neoconservadores, como gastos excessivos ao Estado, como ações para “cidadãos em segundo plano” que devem, sobretudo, ser sacrificadas para a manutenção imperialista da hegemonia econômica e de “cidadãos de primeiro plano”. Em tais contextos, a responsabilização pela recessão, pela crise e pela corrupção moral é designada aos marcadores identitários diletos dos neoconservadores.

Nessa chave, a economia política associa-se também a uma “economia moral”. Wendy Brown (2019) conceitua tal terminologia como efeito prático de uma racionalidade política expressa nas tentativas de forte regulação da moralidade sexual. Essa racionalidade promove uma forma de cultura política, mas, também, de subjetivação a priorizar a mobilização do direito de proteger e garantir uma

moral sexual baseada na defesa da família (heterossexual), que estaria especialmente legitimada por seu potencial reprodutivo e por uma suposta benção divina.

Exemplo desse pressuposto moral é a captura e uso da expressão “ideologia de gênero” por grupos neoconservadores (JUNQUEIRA, 2017; 2019; LACERDA, 2019; CARVALHO; FURLAN, 2020). Tal expressão foi criada no seio da Igreja Católica nos anos de 1990 a fim de se contrapor às pautas da ONU sobre a exortação feminina para o rompimento com a desigualdade social mundial, de valorização dos direitos reprodutivos de mulheres e direitos sexuais de LGBT, minimização das violências sexuais tendo no gênero, especialmente, uma categoria analítica para romper com injustiças, impulsionar as lutas de mulheres e outros grupos minoritários e para produzir conhecimento e táticas não assujeitamento e de respeito. Para Flávia Biroli, Maria das Dores Machado e Juan Vaggione (2020), a noção de “ideologia de gênero” foi transformada numa estratégia política, na imbricação neoliberal-neoconservadora, a facilitar a atuação conjunta de diferentes atuantes conservadores responsáveis por fornecer novos recursos e criar discursividades para a mobilização popular em torno da suposta extinção da família heterossexual, da defesa dos valores cristãos e perseguição às dissidências de corpos, gêneros e sexualidades.

Como o neoliberalismo se caracteriza pela diminuição da esfera de ação do Estado em alguns setores, as instituições religiosas são insufladas e tomam para si o papel de provedoras de determinados bens e recursos (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020). Em troca, utilizam dessa prestação de serviços para realocar o poderio político. Logo, não é difícil pressupor porque alguns setores de matrizes neopentecostais e facções católicas chegaram à representatividade parlamentar e legislativa obliterando os princípios laicos constitucionais do Estado e indeterminando (ainda que discursivamente) as esferas coletivas como escolas, casas legislativas, universidades em função da intervenção privada (igrejas, *think tanks* ou organizações transnacionais com interesses econômicos e posturas favoráveis ao enxugamento do Estado).

Uma descrição que deixa bastante latente o modo como certos setores religiosos já planejavam o desagendamento das questões de gênero na esfera pública desde o século passado pode ser lida na contextualização da discursividade “ideologia de gênero” e da posição cristã-romana:

uma cruzada transnacional, liderada pelo Vaticano em meados da década de 1990, e cujas ondas de mobilizações anti gênero aumentam desde 2013 em vários contextos nacionais [...]. Sob o disfarce de uma caça à dita <Teoria de gênero>, tal batalha destina-se, sobretudo, a perseguir a desnaturalização da ordem sexual e generificada. Historicamente, a retórica anti gênero do Vaticano é o resultado de uma gradual reformulação de seu discurso sobre a natureza e o estatuto de homens e mulheres. Remonta ao final dos anos de 1940, mas encontra sua cantilena mais prodigiosa no pontificado de João Paulo II. Este agenciamento foi elaborado em reação às lutas teóricas e políticas levadas a cabo, desde o início dos anos de 1970, pelos movimentos feministas

e LGBT (GARBAGNOLI; PREARO, 2017, p. 18, tradução nossa).

Desse marco em diante, uma série de esforços é mobilizada numa jornada antigênero na América Latina e em outras partes do mundo, com o destaque do registro da expressão, pela primeira vez, em um documento da Igreja católica produzido pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Americana em 1998, denominado: “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances” (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020). O vínculo à “ideologia de gênero” tem crescido em discursividades religiosas de vários segmentos e em movimentos também vinculados às ideologias de extrema direita, a exemplo, o Movimento Escola sem Partido e o “Cristãos contra a Ideologia de Gênero”⁶.

Com essa curta contextualização da ofensiva agenda antigênero e de seu impacto no desagendamento das conquistas progressistas, queremos apontar que há, na malha das pedagogias fascista, reatividades e correntes contrárias à chegada dos grupos subalternos e suas reivindicações de direitos ao poder. Logo, “os ataques podem ser vistos como tentativas de bloquear a reorganização das relações entre mulheres e homens; [...] são também, em sua essência, reações à proliferação de sexualidade e gêneros” (BIROLI; MACHADO, VAGGIONE, 2020, p. 20).

Toda essa conjuntura destaca que neoliberalismo associado ao neoconservadorismo se uniram para bloquear os avanços nos campos das políticas públicas, dos direitos sexuais e da visibilidade social, desregulando e redefinindo os sentidos dos direitos já garantidos e amparados legalmente.

As atuais rearticulações neoconservadoras operam, portanto, por uma “politização reativa” num contexto histórico bastante específico (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020), e cujo efeito prático mais imediato é minar as agendas progressistas encampadas pelos movimentos feministas, LGBT, negro na América Latina e no Brasil, sob a justificativa de restringir investimentos estatais em nome do equilíbrio orçamentário.

Nas táticas ensejadas por uma espécie de moralismo compensatório, que regula e ensina formas de ser e condutas fascistas na medida em que age na derrocada de direitos já conquistados, setores educacionais inteiros estão sendo minados e ameaçados com o avanço dessa retórica de ordem moral, das práticas de interdição discursiva, censura e policiamento das ações escamoteadas no desagendamento das políticas públicas educacionais e das conquistas arduamente batalhadas ao longo da história da redemocratização do país.

⁶ Para saber mais, consultar: <https://bityli.com/J4RJC> e <https://bityli.com/PcCyY>.

O desagendamento na última década (2010-2020)

Autoras/es e estudiosas/es de gênero, currículo e políticas públicas educacionais nos amparam na datação e na genealogia do desagendamento das políticas públicas e educacionais direcionadas aos corpos, gêneros e sexualidades (OLIVEIRA-JÚNIOR; MAIO, 2017; JUNQUEIRA, 2019; BULGARELLI, 2020; CARVALHO, 2020; MELLO; BRAZ, 2020; CARVALHO, 2020). Tal desagendamento não pode ser lido sem considerar as condições acontecimentais para o aparecimento de discursos e dispositivos antigênero e antissexualidade (apontados nas seções anteriores), cujo propósito, por assim dizer, é muito maior do que apenas cercear a discussão de questões que tocam no desejo, na liberdade e nos processos identitários. Considerando as políticas de enxugamento e de cortes econômicos da última década (2010-2020), a verdadeira intenção das ações sobre as políticas de austeridade, de desregulamentação da atenção do estado e dos discursos moralizantes é a instituição de um novo projeto de nação; não o libertário, mas aquele que recrudesce as mazelas sociais e os preconceitos estruturantes arraigados à nossa história patriarcal – colonialista – capitalista.

Na configuração desse projeto, as políticas públicas educacionais são substancialmente atingidas pelo desmanche, pois também acabam se tornando alvos dos pensamentos conservadores e dos barramentos da emancipação, criticidade, consciência social, incluindo os seus desdobramentos para os corpos, gêneros, sexualidades, bem como para a etnicidade, o pertencimento cultural, o pertencimento de classe e para a relação com os saberes diferenciados.

Puxamos a reta do desmanche a partir do final do Governo Lula, em 2009-2010, destacando a retirada de ações referentes à promoção de direitos sexuais e reprodutivos, a flexibilização da posição laica do Estado e a não adoção de medidas punitivas contra os crimes da Ditadura Civil-Militar no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A estratégia de coalizão e articulação de Lula, junto aos setores conservadores e de centro-direita, favoreceu alianças com o agronegócio, com as famílias detentoras das concessões públicas para Rádio e TV, com militares e com representações religiosas fundamentalistas que passaram, cada vez mais, a ocupar espaço nas casas legislativas do País e em canais de comunicação e a conformar a representatividade legislativa denominada atualmente de “Boi – Bala – Bíblia”.

Embora o Governo Lula tenha projetado atenção governamental à população LGBT e às mulheres com a promoção de direitos, Luiz Mello e Camilo Braz (2020) ressaltam a ausência de arcabouço jurídico no Congresso Nacional e a ausência de leis específicas no período para a implementação de programas

transversais e intersetoriais e para minimizar as fragilidades das medidas e ações acerca dos corpos, gêneros e sexualidades.

Na sequência do Governo assistencial de Lula, a Presidenta Dilma Rousseff, adotando a mesma postura de concessões, cedeu às pressões parlamentares e de militantes católicas/os e evangélicas/os, impondo, em 2011, veto ao Programa Brasil Sem Homofobia e à possibilidade de avanços no combate da LGBTfobia nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Apelidado de “Kit Gay” pelas facções religiosas neoconservadores e extremistas, o Brasil sem Homofobia foi rechaçado das escolas e o Governo Dilma impediu a consolidação de uma política educacional menos colonizada por biologismos e mais condizente com as necessidades sociais da população LGBT.

Segundo Izaías Oliveira-Júnior e Eliane Maio (2017), os alinhamentos governamentais e não governamentais para prevenir violências, para a reversão de posições LGBTfóbicas e promoção da escola como local de aceitação, compreensão e respeito da diversidade sexual na conformação, a saber, do Programa Escola sem Homofobia e de uma perspectiva de cisão com a cisheteronormatividade como destino para os corpos e os afetos, foram indeterminados com essa alcunha de “Kit Gay”. Desconhecendo o verdadeiro propósito e a produção dos recursos audiovisuais, cartilhas informativas, proposições de intervenção pedagógica e de debate interdisciplinar sobre a LGBTfobia,

A imprensa, as redes sociais, religiosos/as, legisladores/as, sociedade civil e mesmo quem não assistiu aos vídeos, [...] afirmavam que o referido Kit ensinava as pessoas a serem homossexuais, que era um material que faziam apologia ao “homossexualismo” e que os vídeos eram destinados a crianças de seis, sete e oito anos de idade (OLIVEIRA-JÚNIOR; MAIO, 2017, p. 140).

A ação de Dilma fez, simbólica e institucionalmente falando, um retrocesso democrático nas ações do MEC para uma educação para os corpos, gêneros e sexualidades libertária, respeitosa e diversa. A ideia de uma educação antiLGBTfobia cedeu lugar às discursividades congregadas por estereótipos, falas distorcidas, inverdades sobre o movimento LGBT no Brasil e no mundo, argumentos religiosos que a reduziram à figura alegórica de um Kit perverso e implantador de uma espécie de ditadura gay nas instituições de ensino. Desde o surgimento da expressão “Kit Gay”, as ações emancipatórias para os corpos, processos identitários de sexualidade e de gênero e as discussões sobre esses mesmos assuntos passaram a ser demonizadas com maior facilidade em boa parte do tecido social; essa também foi a porta de abertura para que as ações dos novos governos se fragilizassem quanto ao enfrentamento da ignorância e da violência sexista.

Em 2013, movimentações dos setores conservadores na representação de organizações suprapartidárias, tais como o Movimento Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre, apropriaram-se das

pautas de reivindicação popular acerca de transporte e contra a corrupção e disseminaram discursos contrários aos posicionamentos esquerdo-partidários e aos Governos Lula e Dilma, defendendo a economia de mercado, o regime econômico neoliberal e rechaçando os posicionamentos críticos e os posicionamentos alinhados à promoção de direitos humanos, civis e sexuais. Em meio ao panorama difuso dessas manifestações, as correntes de ódio direcionadas às diferenças, às dissidências de corpo, gênero e sexualidade se infiltraram também junto a jovens estudantes periféricos e comunidades religiosas de base descontentes com a representatividade política nos partidos. Essa identificação contribuiu, mais tarde, para que Bolsonaro e discursos de ódio e perseguição reverberassem junto às classes sociais diferentes da burguesia e da elite nacional.

Ainda com os ecos da discursividade do “Kit Gay” e do recrudescimento aos estudos e militâncias de gênero e sexualidade, em 2014 e 2015, o Brasil assistiu a outra ampla campanha contra a diversidade sexual e cultural nas votações dos Planos Decenais de Educação (2014-2024), documentos responsáveis por apontar as metas que os Governos da União, dos Estados e dos Municípios devem cumprir no tocante aos investimentos, superação de desigualdades e promoção de medidas educacionais. O texto final de muitos Planos inabilitou a educação para os corpos, gêneros e Sexualidades como metas a serem cumpridas no país como um todo. O Inciso III do texto do Projeto de Lei original em âmbito nacional, que propunha “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual (BRASIL, 2010, s/p), passou, após emenda sugerida por parlamentares e aprovação da Presidenta Dilma a versar sobre “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014, s/p).

Nesse íterim, os setores conservadores alegaram que a acepção de construção social dos corpos e gêneros geraria uma confusão generalizante capaz de destruir a família, os valores tradicionais, a natureza, ao favorecer a visibilidade da diversidade sexual. A nova redação, no entanto, converteu-se: a) num dispositivo semântico, pois não nomina as desigualdades ligadas ao machismo e nem os enfrentamentos e reconhecimentos às lutas sociais dos grupos nas esferas da federação; e, b) num dispositivo de interdição discursiva das temáticas sobre os corpos, gêneros e sexualidades, já que muitas pessoas se valem dos direcionamentos determinados nos Planos de Educação na tentativa de bloquear os debates e intervenções nas escolas.

Em meio a esse cenário, a blindagem conservadora cristã cristalizou no país o sintagma “Ideologia de Gênero”, entendendo-o como uma criação feminista e gay contrária à vida e aos valores morais e cujo

intento é modificar a sexualidade de crianças e jovens e perverter a cristandade. Essa discursividade foi amplamente disseminada como estratégia perversa de movimentos de esquerda que vislumbrariam implantar doutrinações favoráveis à confusão dos gêneros nas escolas brasileiras.

A ideia de uma “Ideologia de Gênero” foi decalcada das Igrejas pelo Movimento Escola sem Partido (FURLAN; CARVALHO, 2020), que atua atacando a educação por meio da proposição de Projetos de Leis com a finalidade de alterar a LDB/1996, censurar currículos, conteúdos escolares e prática docente, bem como pelas estratégias de popularização disseminadas em redes sociais pela Internet exigindo respeito às convicções morais e religiosas das famílias e a proibição de temas contundentes nas escolas, entre eles, as discussões dos corpos, gêneros e sexualidades.

Essas alianças, proibições, tramitações políticas e movimentações sociais difusas interferiram na caminhada de respeito construída pela militância LGBT, pelos Estudos Feministas de Gênero, pela militância negra e por pesquisadoras/es e educadora/es preocupadas com o reconhecimento das alteridades nas escolas. Favoreceram o recrudescimento de outras discursividades, amparadas em determinismos morais, religiosos e/ou científicos, que se firmaram como agentes contrários à aceitação das intervenções e táticas pedagógicas possibilitadoras de compreensões diferentes dos corpos, dos gêneros e das sexualidades nas escolas. Essa movimentação também ditou a transição governamental forçada, sustentada por um golpe parlamentar, do Governo Dilma Rousseff para o Governo Michel Temer (2016-2019).

No prenúncio do final da segunda década dos anos de 2000, e defendendo uma lógica binária para as identificações psíquicas, sociais, afetivas e sexuais das pessoas, o combate da “ideologia de gênero”, da doutrinação ideológica, do marxismo cultural, dos feminismos nas instâncias de governo e nas instituições de ensino, a gestão do Presidente Jair Bolsonaro (2019-) tem imposto um duro e rápido desagendamento das políticas públicas e educacionais para os corpos, gêneros e sexualidades. Suas ações são norteadas e desenvolvidas

com base em pressupostos e repertórios de ação de uma ofensiva em outros países, e depois no Brasil – havia mais de uma década. Uma vez incorporados a ações e programas do novo governo, os elementos centrais dessa ofensiva contribuem para degenerar políticas públicas, notadamente as de educação, e uma política antigênero e anti diversidade sexual caracterizada por uma intensa mobilização discursiva em favor da reafirmação e da naturalização dos valores tradicionais, da família (declinada sempre no singular, das hierarquias sexuais, da primazia dos pais sobre a formação moral e sexual dos filhos, da restrição do acesso a informações sobre saúde sexual e da interdição da reflexão crítica sobre gênero e sexualidade nas escolas (JUNQUEIRA; CÁSSIO; PELLANDA, 2020, p. 191).

Até o presente momento, o Presidente da República: a) liquidou a Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); b) alocou a Pastora Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com o propósito de enfraquecer as lutas pelos direitos sexuais, as ações de visibilidade da diversidade sexual, a minimização dos crimes de tortura cometidos na ditadura militar, o aparelhamento de campanhas educativas com vieses morais e defensores da família heterossexual ou nuclear; c) nomeou três ministros acumuladores de insucessos e críticas para o MEC: Ricardo Vélez Rodríguez (demitido), que iniciou o desmanche do órgão ao exonerar funcionários e intervir na Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE); Abraham Weintraub (demitido) com a responsabilidade de implantação de um núcleo ideológico na pasta, de enxugar o orçamento das Universidades Públicas, interferir no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e promover um revisionismo histórico-científico em livros didáticos; e mais recentemente, Milton Ribeiro (na ativa), professor e pastor presbiteriano que defende o criacionismo nos currículos escolares, a prática de censura nas universidades e a perseguição de críticos ao Governo Bolsonaro, tornou-se articulador do esvaziamento técnico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de promover o esvaziamento do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), nomeando a Professora universitária Sandra Ramos, egressa do Movimento Escola Sem Partido, ativista evangélica e combatente da “ideologia de gênero”, para a modificação dos materiais iniciadores das aprendizagens de estudantes.

Seguindo com as intervenções, o Governo Bolsonaro: d) extinguiu, via Decreto nº 9.759 (BRASIL, 2019), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT e a participação civil em outros conselhos; e) rebaixou o Departamento de IST, AIDS e hepatites a uma pasta genérica; f) defendeu junto à ONU, por meio das falas de Damares Alves e do recém-demitido Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, o binarismo sexo/gênero, o sexo biológico e a Internacional da Família, um movimento ideológico transnacional defensor da família tradicional e estigmatizador de LGBT como ameaças, além de mentir e omitir sobre direitos humanos no Brasil, combate à tortura, e sobre a gestão; f) desmontou a SPM e o Programa Casa da Mulher Brasileira responsáveis por resguardar e promover o atendimento de mulheres em situação de violência de gênero; g) intenta criar um programa de prevenção às ISTs e gravidez pautado na abstinência sexual e na moralidade; h) estuda instalar um canal de denúncias de professoras/es que incorrerem nos debates acerca dos corpos, gêneros e sexualidades; i) retirou a população LGBT das Diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos; j) empurra a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu silenciamento quanto às questões de gênero (estão retiradas da BNCC expressões como gênero, orientação sexual, diversidade sexual, homossexualidade,

lesbiandade, bissexualidade, LGBTfobia, transgeneridade e mantidas as competências e habilidades incentivadoras da visão bio-fisiológica dos corpos e reprodução humana); k) incentiva o MEC a acabar com a discussão de diversidade sexual, identidade de gênero e de orientação sexual nas escolas, imputando essa responsabilidade totalmente a mães e pais sob a alegação de banir a doutrinação comunista, feminista e LGBT nas escolas; l) alterou editais e contratos de compra de materiais didáticos, sob o comando do Secretário Geral do MEC Carlos Nadalim, omitindo dos documentos vocábulos como “respeito à diversidade”, “democracia”, “ditadura militar”; e, por fim, N) recusa-se a respeitar e aceitar a democrática lista tríplice para a nomeação de reitores, perpetrando a escolha de gestores alinhados à sua base conservadora para a administração de universidades.

Em síntese, Bolsonaro segue firme, na contramão das visões progressistas, para impor uma agenda ideológica (e agregada às desregulações políticas e econômicas) que atravessa a implantação de políticas públicas educacionais, contribui para o esvaziamento curricular dos sentidos plurais e sociais da escola, interfere no âmbito do ensino, introduz a visão individualista de sociedade e o apelo meritocrático na construção da formação educacional, rechaça as diferenças e tenta reiterar a ordem sexual cisheteronormativa para os corpos, gêneros e sexualidades. Agencia o ódio em falas, dispositivos jurídicos, espetáculos midiáticos, posições pessoais que consubstanciam várias espécies de educação para a violência e a crueldade, ou seja, pedagogias fascistas responsáveis por desqualificar as diferenças, vulnerabilizar os corpos e naturalizar as subtrações do pensamento ou da vida.

Considerações finais

Não compreendemos as pedagogias fascistas em seus sentidos clássicos decorrentes dos fascismos de Mussolini, Hitler, Pinochet ou da ditadura militar brasileira, por exemplo. Na atualidade, são conjunturas, estratégias e posturas difusas circunstanciadas pelo desejo de poder e controle, pela paranoia moral, pelo consumo desenfreado, pela redução das potências educacionais a uma verdade única e conectada à manutenção do *modus operandi* de certos grupos dominantes, como são também atos e práticas que ensinam a explorar os corpos das pessoas, a reificar as violências e as desigualdades de gênero e a rebaixar as sexualidades que não se enquadram nas normas cisheteropatriarcais.

Nos cruzamentos de economia e pauta de costumes morais, essas posturas e pedagogias fascistas tendem a recrudescer, a apagar e a excluir grupos minoritários sob o pretexto de enxugamento do Estado. Nas práticas cotidianas, elas são adensadas por modos que conduzem as pessoas, seus sistemas de

crenças e atitudes a uma educação para a violência e a crueldade. Infelizmente, na última década (2010-2020), tais práticas se acentuaram nas conjunturas que revolveram a democracia brasileira e a consecução das políticas públicas de direito, educação e inclusão – constructos duramente combatidos, agora, no momento histórico de atravessamento do bolsonarismo.

Barrar as pedagogias fascistas segue sendo o desafio para aquelas/es que mantêm as lutas sociais soerguidas e acreditam nas liberdades para os corpos, os gêneros e as sexualidades.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: SOLANO-GALLEGGO, Esther. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDRADE, Daniel Pereira. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n.1, p. 109-135, jan./abr. 2019.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Introdução: matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Temas Transversais / Orientação sexual. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.279**, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://bityli.com/dzPFk>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://bityli.com/itoYb> . Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.683**, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://bityli.com/QxVy1>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica [...]. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://bityli.com/VTakc>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8.035 de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/gNMW4>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://bityli.com/atQ1q>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BOHN, Simone R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 81-106, jul./dez. 2010.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BULGARELLI, Lucas. Quem acredita em ideologia de gênero? Disputas sobre direitos, políticas e agendas em torno do gênero e da sexualidade. *In*: IGNACIO, Taynah et al. **Tem saída?** Perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 91-100.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In*: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos**: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 15-66.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Para além de “meninas vestem rosa, meninos vestem azul”: as conjunturas e as ideologias nos novos rumos da educação para os gêneros e as sexualidades. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 20, p. 01-45, jan./dez. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ECCO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

FURLAN, Cássia Cristina; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Comunismo e gênero no Escola sem Partido: notas para não sucumbir a uma pedagogia fascista. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 168-186, 4 jul. 2020.

GARBAGNOLI, Sara; PREARO, Massimo. **La croisade anti-genre** – du Vatican aux manifs pour tous. Éditions Textuel, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanaira Corpes (orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. *In*: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-140.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CÁSSIO, Fernando; PELLANDA, Andressa. Políticas Educacionais de gênero e sexualidades no Brasil 2020: enquadramentos e enfrentamentos. *In*: FACCHINI, Regina; LINS, Isadora França (orgs.). **Direitos em disputa: LGBTI+**: poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p.189- 216.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2020.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo. Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTT no Brasil contemporâneo. *In*: FACCHINI, Regina; LINS, Isadora França (orgs.). **Direitos em disputa: LGBTI+**: poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p.165-188

MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio. **Bolsonarismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2020.

OLIVEIRA-JÚNIOR, Isaias; MAIO, Eliane. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais: o discurso inaugural no ‘desagendamento’ do kit gay do MEC. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n.01, p. 125 – 152, jan./mar. 2017.

PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

FREIXO, Adriano de.; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In*. FREIXO, Adriano de.; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (orgs.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 9-24.

REGO, Antônio Carlos Pojo. O presidencialismo de coalizão e o legislativo. *In*: PEIXOTO, João Paulo M. **Presidencialismo no Brasil**: organização e funcionamento. Brasília: Senado Federal, Coord. De Edições Técnicas, 2015. p. 53-72.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TIBURI, Márcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.